

# Acompanhamento da Execução Orçamentária

4º BIMESTRE 2021

**TCMIRJ**

**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

## APRESENTAÇÃO

No Município do Rio de Janeiro, o controle externo é exercido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ), com o auxílio do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), conforme disposto no art. 88, caput, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (LOMRJ), por meio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

No âmbito do TCMRJ, com base no disposto no art. 1º, § 4º, inciso IX, da Resolução TCMRJ n.º 35/2021, cabe à Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento (CAD), órgão da Secretaria Geral de Controle Externo (SGCE), o acompanhamento da execução orçamentária do Município, inclusive das entidades da administração indireta, elaborando boletins periódicos sobre a evolução da receita e despesa.

Dessa forma, o TCMRJ apresenta o boletim de acompanhamento da execução orçamentária do Município do Rio de Janeiro, referente ao 4º bimestre de 2021, produzido pela CAD.

Por fim, agradecemos a colaboração de todos os servidores desta Coordenadoria que, diariamente, contribuem para o aprimoramento institucional do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

**Roberto Mauro Chapiro**  
Coordenador Técnico – CAD/SGCE

# Sumário

<b>1. Resultado Orçamentário .....</b>	<b>5</b>
<b>2. Receita Orçamentária .....</b>	<b>6</b>
<b>3. Despesa Orçamentária .....</b>	<b>12</b>
<b>3.1. Despesas por Funções de Governo.....</b>	<b>16</b>

O presente boletim demonstra o desempenho orçamentário da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no 4º bimestre de 2021, bem como sua evolução no período de 2017 a 2021. Tem por base os relatórios de despesa e receita, emitidos pela Controladoria Geral do Município (CGM) por meio do Sistema FINCON<sup>1</sup>, conforme Resolução CGM n.º 1.762 de 29/09/2021, publicada no D.O.M em 30/09/2021, bem como os balancetes orçamentários da PCRJ.

---

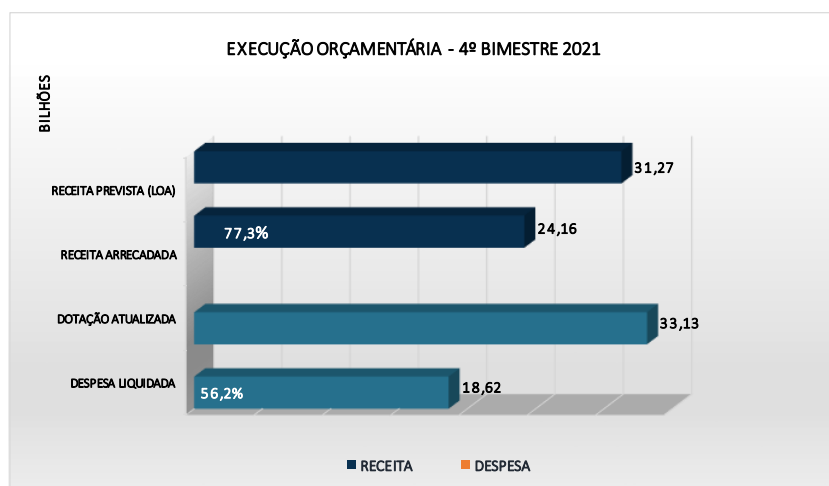
<sup>1</sup> Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

# 1. Resultado Orçamentário

O Município do Rio de Janeiro apresentou, no 4º bimestre de 2021, um superavit orçamentário de R\$ 5,54 bilhões. As receitas arrecadadas representaram 77,3% do montante previsto na Lei Orçamentária<sup>2</sup>, enquanto as despesas liquidadas atingiram 56,2% da dotação atualizada<sup>3</sup>.

4º BIMESTRE 2021					Em R\$
Receita	Prevista (LOA) [A]	Arrecadada [B]	Desempenho [B/A]%	Composição [B/Btot]%	
Corrente	30.758.577.001	24.101.669.110	78,4%	99,8%	
Capital	509.062.343	56.075.386	11,0%	0,2%	
<b>Receita Total</b>	<b>31.267.639.344</b>	<b>24.157.744.497</b>	<b>77,3%</b>	<b>100,0%</b>	
Despesa	Dot. Atualizada [C]	Desp. Liquidada [D]	Desempenho [D/C]%	Composição [D/Dtot]%	
Corrente	30.871.947.887	17.828.291.046	57,7%	95,8%	
Capital	2.159.768.589	791.142.600	36,6%	4,2%	
Res. Contingência	103.171.039	-	-	0,0%	
<b>Despesa Total</b>	<b>33.134.887.515</b>	<b>18.619.433.646</b>	<b>56,2%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Superavit Orç. [B-D]</b>		<b>5.538.310.851</b>			

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)



Cabe ressaltar que, face à insuficiência financeira apresentada pelo Poder Executivo ao final do exercício de 2020, no montante de R\$ 5,55 bilhões, o superavit orçamentário apurado nos quatro primeiros bimestres do presente exercício não resulta em acúmulo de disponibilidades financeiras na mesma ordem. Isso porque, no mesmo período, o Poder Executivo pagou R\$ 2,38 bilhões de restos a pagar, ou seja, despesas originadas

<sup>2</sup> Lei n.º 6.842 de 29 de dezembro de 2020 (LOA 2021)

<sup>3</sup> Dotação Atualizada = Despesa fixada na LOA + Créditos Adicionais

orçamentariamente em exercícios anteriores, que, por conta da insuficiência financeira constatada ao final do exercício, tiveram que ser satisfeitas em grande parte com recursos arrecadados em 2021.

## 2. Receita Orçamentária

A Lei Orçamentária de 2021 estimou em R\$ 30,76 bilhões as Receitas Correntes e em R\$ 509,06 milhões as Receitas de Capital, totalizando R\$ 31,27 bilhões de previsão orçamentária.

Abaixo é apresentada a arrecadação até o 4º bimestre de 2021, por categoria econômica e origem:

4º BIMESTRE 2021					Em R\$
Receita	Prevista (LOA) [A]	Arrecadada [B]	Desempenho [B/A]%	Composição [B/Btot]%	
<b>Receitas Correntes</b>	<b>30.758.577.001</b>	<b>24.101.669.110</b>	<b>78,4%</b>	<b>99,8%</b>	
<b>Receita Tributária</b>	<b>13.119.110.264</b>	<b>9.538.522.518</b>	<b>72,7%</b>	<b>39,5%</b>	
ISS	6.235.119.337	4.201.545.485	67,4%	17,4%	
IPTU	4.032.583.235	3.179.597.225	78,8%	13,2%	
Demais Tributos	2.851.407.692	2.157.379.809	75,7%	8,9%	
<b>Receita de Contribuições</b>	<b>5.414.584.561</b>	<b>3.212.089.529</b>	<b>59,3%</b>	<b>13,3%</b>	
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>327.510.332</b>	<b>2.858.265.351</b>	<b>872,7%</b>	<b>11,8%</b>	
Exploração de Rec. Naturais	-	2.617.583.693	-	10,8%	
Demais Receitas Patrim.	327.510.332	240.681.658	73,5%	1,0%	
<b>Receita Industrial</b>	<b>10.111.739</b>	<b>2.073.711</b>	<b>20,5%</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Receita de Serviços</b>	<b>325.170.500</b>	<b>140.392.672</b>	<b>43,2%</b>	<b>0,6%</b>	
<b>Transferências Correntes</b>	<b>10.490.088.836</b>	<b>7.793.387.770</b>	<b>74,3%</b>	<b>32,3%</b>	
FUNDEB	2.692.887.981	2.351.737.524	87,3%	9,7%	
ICMS líquido FUNDEB	2.149.209.515	1.503.533.365	70,0%	6,2%	
SUS	2.004.942.942	1.474.113.007	73,5%	6,1%	
IPVA líquido FUNDEB	618.381.828	585.999.815	94,8%	2,4%	
Outras Transf. Correntes	3.024.666.570	1.878.004.059	62,1%	7,9%	
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>1.072.000.769</b>	<b>556.937.559</b>	<b>52,0%</b>	<b>2,3%</b>	
<b>Receitas de Capital</b>	<b>509.062.343</b>	<b>56.075.386</b>	<b>11,0%</b>	<b>0,2%</b>	
Operações de Crédito	261.979.725	1.528.039	0,6%	0,0%	
Alienação de Bens	92.650.786	19.011.958	20,5%	0,1%	
Amortização de Empréstimos	670.910	19.046	2,8%	0,0%	
Transferências de Capital	153.760.922	35.516.344	23,1%	0,1%	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	0,0%	
<b>Receita Total</b>	<b>31.267.639.344</b>	<b>24.157.744.497</b>	<b>77,3%</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

Observa-se que o total das receitas arrecadadas no período sob análise somou R\$ 24,16 bilhões. Sob a ótica das categorias econômicas, a arrecadação das Receitas Correntes (R\$

24,10 bilhões) atingiu um desempenho de 78,4% do previsto para todo o exercício. Já a realização das Receitas de Capital (R\$ 56,08 milhões) foi de 11,0% do valor estimado na LOA.

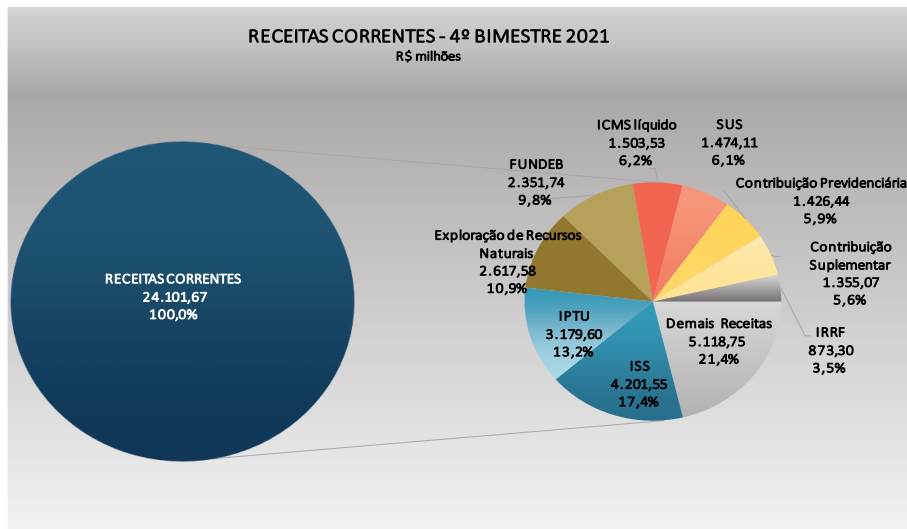
Na tabela a seguir estão apresentadas as maiores arrecadações verificadas no acumulado do 4º bimestre de 2021.

4º BIMESTRE 2021		Em R\$
Maiores Arrecadações	2021 [A]	Composição [A/Atot]%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>24.101.669.110</b>	<b>99,8%</b>
ISS	4.201.545.485	17,4%
IPTU	3.179.597.225	13,2%
Exploração de Recursos Naturais	2.617.583.693	10,8%
FUNDEB	2.351.737.524	9,7%
ICMS líquido	1.503.533.365	6,2%
SUS	1.474.113.007	6,1%
Contribuição Previdenciária	1.426.435.352	5,9%
Contribuição Suplementar	1.355.074.182	5,6%
IRRF	873.299.140	3,6%
Demais Receitas Correntes	5.118.750.138	21,3%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>56.075.386</b>	<b>0,2%</b>
Transferências de Capital	35.516.344	0,1%
Alienação de Bens	19.011.958	0,1%
Operações de Crédito	1.528.039	0,0%
Amortização de Empréstimos	19.046	0,0%
<b>Receita Total</b>	<b>24.157.744.497</b>	<b>100,0%</b>

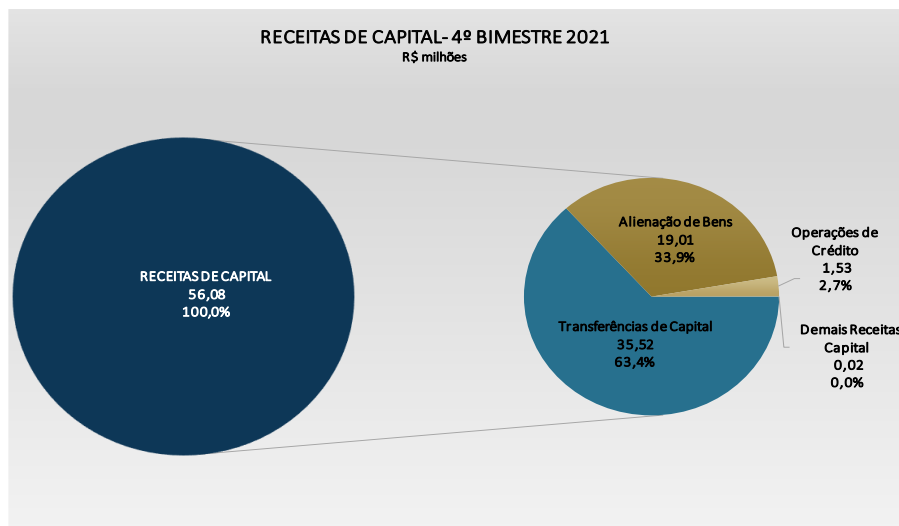
Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM), com classificações CAD.

As Receitas Correntes representaram quase que a totalidade do valor arrecadado (99,8%) até o 4º bimestre de 2021, destacando-se arrecadações oriundas das Receitas Tributárias do ISS e do IPTU, cuja soma importou em R\$ 7,38 bilhões, respondendo por 30,6% do total realizado pelo Município no período, e das Transferências do FUNDEB, de R\$ 2,35 bilhões.

Destaca-se também o ingresso, no mês de agosto, do montante de R\$ 2,62 bilhões (Receita Patrimonial – Exploração de Recursos Naturais), proveniente da participação do Município na concessão dos serviços de água e esgoto, decorrente do leilão da CEDAE, promovido pelo Estado do Rio de Janeiro.



As Receitas de Capital, aquelas oriundas de contratação de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e transferências de capital, representaram apenas 0,2% do total arrecadado nesse período, com destaque para as “Transferências de Capital”, que somaram R\$ 35,52 milhões, ou seja, 63,3% do total arrecadado nesta categoria econômica.



A seguir, é demonstrada a série histórica da receita arrecadada até o 4º bimestre dos exercícios de 2017 a 2021, segregada por categorias e origem e atualizada pelo IPCA-E médio do período.



Cabe mencionar que em 2018 foi instituída a nova estrutura de classificação da receita orçamentária, conforme disposto na Portaria Interministerial STN/SOF n.º 5 de 27/08/2015. Portanto, para fins de comparação das séries históricas de arrecadação, foi realizada a convergência dos códigos de receitas do exercício de 2017 (classificação anterior) para a nova classificação em vigor<sup>4</sup>.

4º BIMESTRE 2021

Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2021)

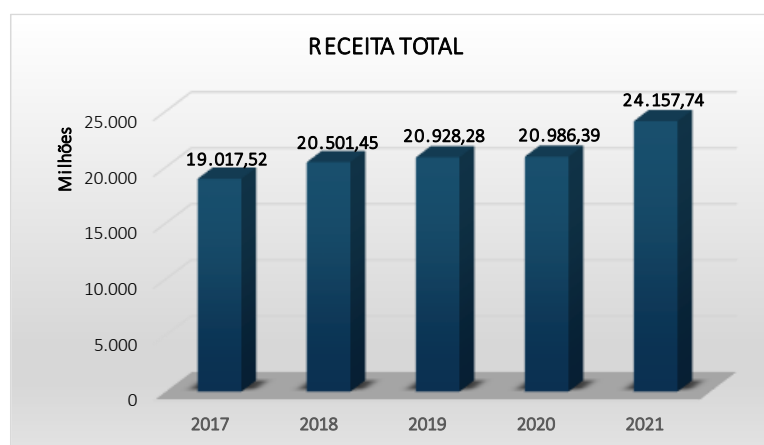
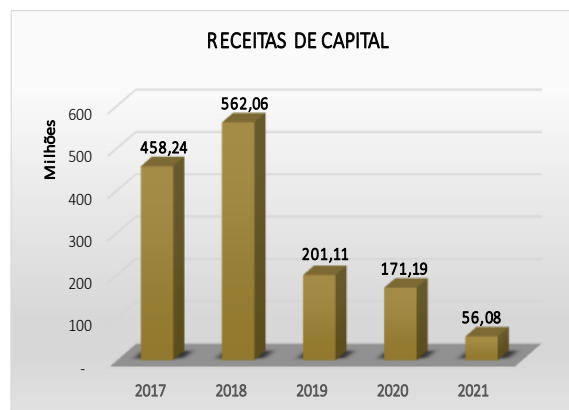
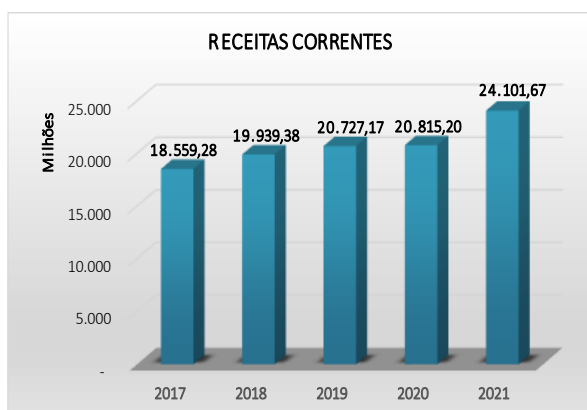
Receita	Arrecadada				
	Valores Constantes				
	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Receitas Correntes</b>	<b>18.559.280.113</b>	<b>19.939.384.107</b>	<b>20.727.173.360</b>	<b>20.815.201.547</b>	<b>24.101.669.110</b>
Receita Tributária	8.421.033.518	8.922.644.799	9.595.426.330	9.252.366.108	9.538.522.518
ISS	4.049.157.078	4.194.454.918	4.375.035.034	4.118.919.115	4.201.545.485
IPTU	2.633.926.342	2.860.111.047	3.227.832.822	3.194.573.730	3.179.597.225
Demais Tributos	1.737.950.099	1.868.078.834	1.992.558.474	1.938.873.263	2.157.379.809
Receita de Contribuições	2.787.400.174	2.865.136.156	3.236.804.518	3.145.114.746	3.212.089.529
Receita Patrimonial	428.361.514	329.348.240	327.978.848	223.067.506	2.858.265.351
Receita Industrial	3.980.642	5.009.365	4.272.288	2.926.097	2.073.711
Receita de Serviços	193.424.943	241.851.910	256.492.496	210.984.678	140.392.672
Transferências Correntes	5.869.610.050	6.408.114.438	6.170.320.517	7.216.593.466	7.793.387.770
FUNDEB	1.813.857.517	1.999.969.249	1.909.946.715	1.763.507.643	2.351.737.524
ICMS Líquido FUNDEB	1.402.818.532	1.509.596.506	1.354.895.620	1.258.236.257	1.503.533.365
SUS	1.046.769.523	1.099.464.745	1.035.668.368	1.565.857.308	1.474.113.007
IPVA Líquido FUNDEB	704.787.751	652.342.312	632.195.501	555.772.362	585.999.815
Outras Transf. Correntes	901.376.726	1.146.741.626	1.237.614.313	2.073.219.896	1.878.004.059
Outras Receitas Correntes	855.469.272	1.167.279.200	1.135.878.363	764.148.946	556.937.559
<b>Receitas de Capital</b>	<b>458.240.354</b>	<b>562.064.238</b>	<b>201.109.960</b>	<b>171.189.574</b>	<b>56.075.386</b>
Operações de Crédito	135.617.809	413.768.016	163.666.328	42.543.701	1.528.039
Alienação de Bens	166.440.965	8.460.693	24.330.558	110.543.092	19.011.958
Amortização de Empréstimo	48.830.370	50.573.084	530.298	163.448	19.046
Transferências de Capital	49.306.600	89.259.566	12.582.776	17.939.333	35.516.344
Outras Receitas de Capital	58.044.611	2.879	-	-	-
<b>Receita Total</b>	<b>19.017.520.467</b>	<b>20.501.448.345</b>	<b>20.928.283.320</b>	<b>20.986.391.122</b>	<b>24.157.744.497</b>

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM).

Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio do exercício de 2021.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução da receita arrecadada por categoria econômica e total.

<sup>4</sup> No âmbito do Município do RJ, a CGM editou a Resolução Conjunta CGM/SMF n.º 92 de 23/02/18 que aprovou o novo classificador da receita e da despesa, bem como divulgou a Tabela de Convergência DE-PARA dos códigos de receitas existentes em 2017 e o novo código em 2018.



Houve acréscimo nas receitas totais arrecadadas no período de janeiro a agosto de 2021, de 15,1%, ou seja, R\$ 3,17 bilhões em relação ao mesmo período do exercício anterior. Tal aumento se deve principalmente ao ingresso de Receita Patrimonial - Exploração de Recursos Naturais (leilão da CEDAE).

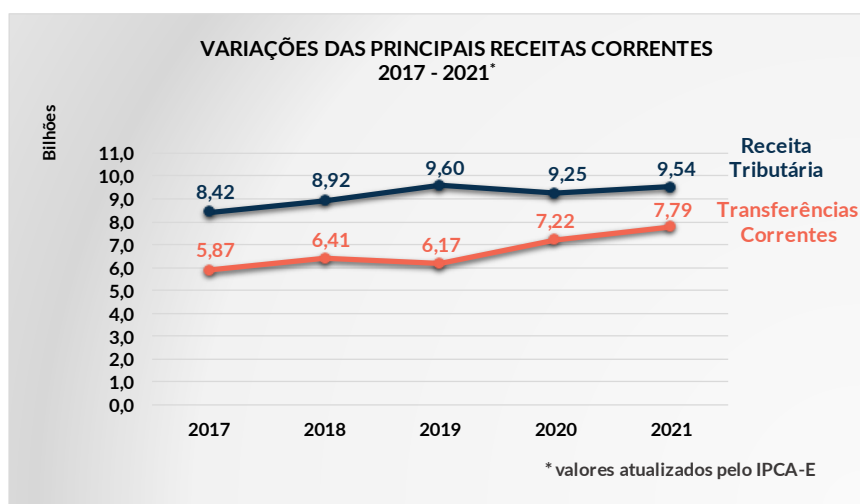
Quanto às Receitas Correntes, a arrecadação no período em análise apresentou incremento de 15,8% em termos reais, o equivalente a R\$ 3,29 bilhões em valores absolutos. Destaca-se o incremento de 1.181,3% na Receita Patrimonial, proveniente, precipuamente, da participação do Município na concessão dos serviços de água e esgoto, decorrente do leilão da CEDAE, o que gerou uma receita de R\$ 2,62 bilhões, no mês de agosto de 2021, em Exploração de Recursos Naturais.

As “Transferências Correntes” aumentaram 8,0%, resultado do incremento de 33,4% nas transferências do FUNDEB (R\$ 588,23 milhões) e de 19,5% nas transferências da cota-parte do ICMS (R\$ 245,30 milhões) e, ainda, das receitas intraorçamentárias da RIOSAÚDE relativas a novos convênios de gestão de unidades de saúde celebrados ao longo de 2020 e 2021. Também contribuiu positivamente o crescimento de 3,1% na “Receita Tributária” (R\$

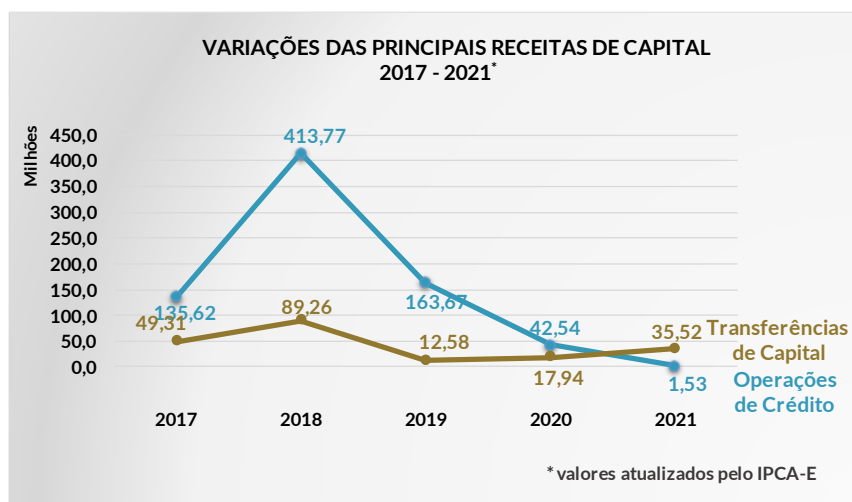
286,16 milhões), reflexo do incremento na arrecadação de ITBI. Por outro lado, constata-se queda na arrecadação em “Receita Industrial”, 29,1% (R\$ 852,39 mil), “Receita de Serviços”, 33,5% (R\$ 70,60 milhões), e “Outras Receitas Correntes”, 27,1% (R\$ 207,21 milhões) menor que o mesmo período do ano anterior.

Em relação às Receitas de Capital, constata-se um decréscimo da arrecadação na ordem de 67,2% (R\$ 115,11 milhões) no 4º bimestre de 2021 quando comparado com o mesmo período de 2020, reflexo da queda de 96,4% nas liberações de “Operações de Crédito” (R\$ 41,02 milhões) e de 82,8% na receita de “Alienação de Bens” (R\$ 91,53 milhões).

A partir do quadro com a série histórica da arrecadação 2017-2021, verifica-se, na categoria econômica Receitas Correntes, que, para as 2 (duas) origens de receitas mais relevantes (Receita Tributária e Transferências Correntes), a primeira apresentou um incremento de 3,1% no acumulado do 4º bimestre de 2021 frente ao mesmo período de 2020, mantendo-se no mesmo patamar dos dois exercícios anteriores; já a segunda apresentou crescimento acima da inflação média do período nos últimos dois exercícios em função, dentre outras, do incremento das transferências de recursos do FUNDEB em 2021 e das receitas da RIOSAÚDE relativas a convênios de gestão de unidades de saúde, já mencionados anteriormente, e ainda, no caso de 2020, das transferências de recursos do SUS para enfrentamento da COVID-19.



Em relação à categoria econômica Receitas de Capital, verifica-se a baixa realização das “Operações de Crédito” e “Transferências de Capital” nos últimos exercícios, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

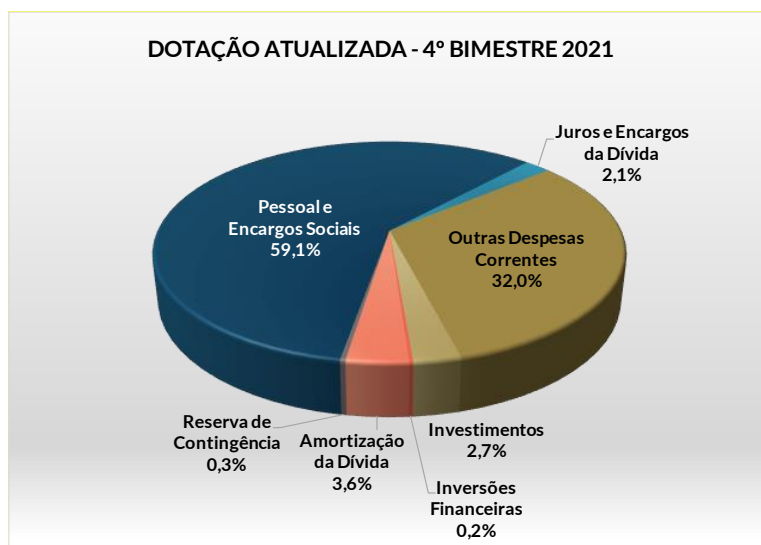


### 3. Despesa Orçamentária

A Lei Orçamentária de 2021 fixou, inicialmente, em R\$ 31,27 bilhões a despesa orçamentária, sendo R\$ 29,31 bilhões relativos às Despesas Correntes e R\$ 1,91 bilhão às Despesas de Capital. Estabeleceu, ainda, uma Reserva de Contingência de R\$ 47 milhões.

Após as alterações orçamentárias ocorridas durante os meses de janeiro a agosto de 2021, verificou-se uma dotação atualizada de R\$ 33,13 bilhões, sendo R\$ 103,17 milhões em Reserva de Contingência.

As Despesas Correntes representaram 93,2% da dotação atualizada para 2021, destacando-se “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes” que, somadas, atingem 91,1% do orçamento total do Município. As Despesas de Capital compõem 6,5% do orçamento e a Reserva de Contingência 0,3%.



A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária das despesas do período, por categoria econômica e natureza.

4º BIMESTRE 2021					Em R\$	
Despesa	Despesa Fixada (LOA)	Dotação Atualizada [A]	Despesa Liquidada [B]	Execução [B/A]%	Composição [B/Btot]%	
<b>Despesas Correntes</b>	<b>29.308.316.200</b>	<b>30.871.947.887</b>	<b>17.828.291.046</b>	<b>57,7%</b>	<b>95,8%</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	19.497.508.216	19.575.281.854	11.994.679.108	61,3%	64,4%	
Juros e Encargos da Dívida	694.193.235	696.137.953	439.443.414	63,1%	2,4%	
Outras Despesas Correntes	9.116.614.749	10.600.528.080	5.394.168.524	50,9%	29,0%	
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.912.323.144</b>	<b>2.159.768.589</b>	<b>791.142.600</b>	<b>36,6%</b>	<b>4,2%</b>	
Investimentos	727.938.436	903.024.366	44.645.575	4,9%	0,2%	
Inversões Financeiras	10.744.764	75.541.821	55.740.667	73,8%	0,3%	
Amortização da Dívida	1.173.639.944	1.181.202.402	690.756.358	58,5%	3,7%	
Reserva de Contingência	47.000.000	103.171.039	-	-	0,0%	
<b>Total</b>	<b>31.267.639.344</b>	<b>33.134.887.515</b>	<b>18.619.433.646</b>	<b>56,2%</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

O total das despesas liquidadas atingiu R\$ 18,62 bilhões, sendo executados R\$ 17,83 bilhões em Despesas Correntes (57,7% da dotação atualizada) e R\$ 791,14 milhões em Despesas de Capital (36,6% da dotação atualizada).

As Despesas Correntes representaram 95,8% do total executado até o 4º bimestre de 2021, destacando-se os grupos “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes”, que somaram R\$ 17,39 bilhões, alcançando 93,4% da execução orçamentária.

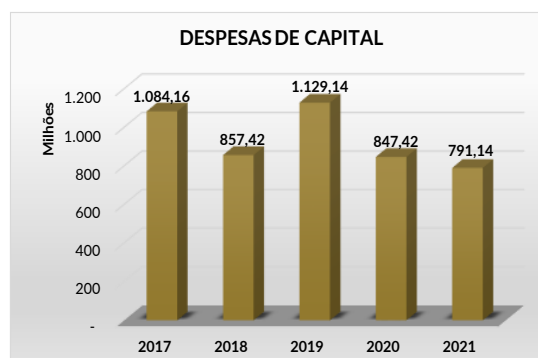
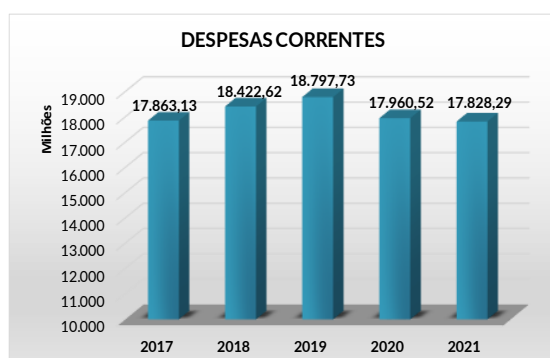
As Despesas de Capital importaram em 4,2% do total executado, sendo liquidado R\$ 690,76 milhões (3,7%) em “Amortização da Dívida”, R\$ 55,74 milhões (0,3%) em “Inversões Financeiras” e R\$ 44,65 milhões em “Investimentos” (0,2%).

A seguir, é demonstrada a evolução da execução da despesa nos quatro primeiros bimestres dos exercícios de 2017 a 2021, segregada nas categorias Corrente e Capital e atualizada pelo IPCA-E médio do período.

4º BIMESTRE 2021 Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2021)

Despesa	Liquidada				
	Valores Constantes				
	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Despesas Correntes</b>	<b>17.863.134.030</b>	<b>18.422.620.797</b>	<b>18.797.727.823</b>	<b>17.960.522.620</b>	<b>17.828.291.046</b>
Pessoal e Encargos Sociais	11.213.046.355	11.308.880.394	12.056.732.685	12.157.889.821	11.994.679.108
Juros e Encargos da Dívida	503.850.259	550.096.531	549.116.862	278.643.441	439.443.414
Outras Despesas Correntes	6.146.237.415	6.563.643.871	6.191.878.276	5.523.989.358	5.394.168.524
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.084.161.032</b>	<b>857.418.424</b>	<b>1.129.140.389</b>	<b>847.417.659</b>	<b>791.142.600</b>
Investimentos	234.629.473	256.949.006	380.584.136	288.738.659	44.645.575
Inversões Financeiras	569.845.013	78.033.388	14.593.209	21.057.001	55.740.667
Amortização da Dívida	279.686.546	522.436.030	733.963.044	537.621.999	690.756.358
<b>Despesa Total</b>	<b>18.947.295.062</b>	<b>19.280.039.221</b>	<b>19.926.868.211</b>	<b>18.807.940.279</b>	<b>18.619.433.646</b>

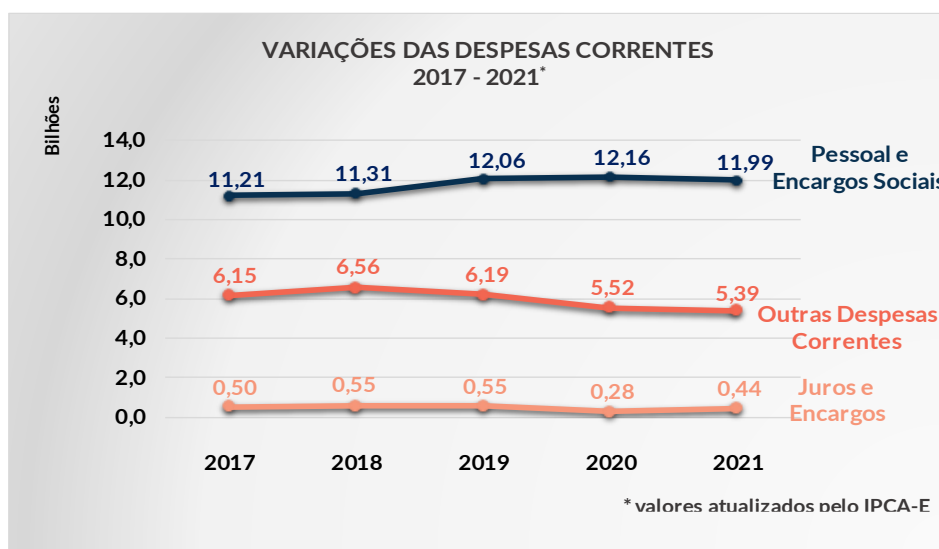
Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM).  
Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio Exercício 2021



As despesas totais liquidadas até o 4º bimestre de 2021 apresentaram recuo (valores atualizados pelo IPCA-E) de 1,0% (R\$ 188,51 milhões) em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Em relação às Despesas Correntes, observa-se um decréscimo na ordem de 0,7% (R\$ 132,23 milhões), resultado da queda de 1,3% na execução em “Pessoal e Encargos Sociais” (R\$ 163,21 milhões) e 2,4% em “Outras Despesas Correntes” (R\$ 129,82 milhões).

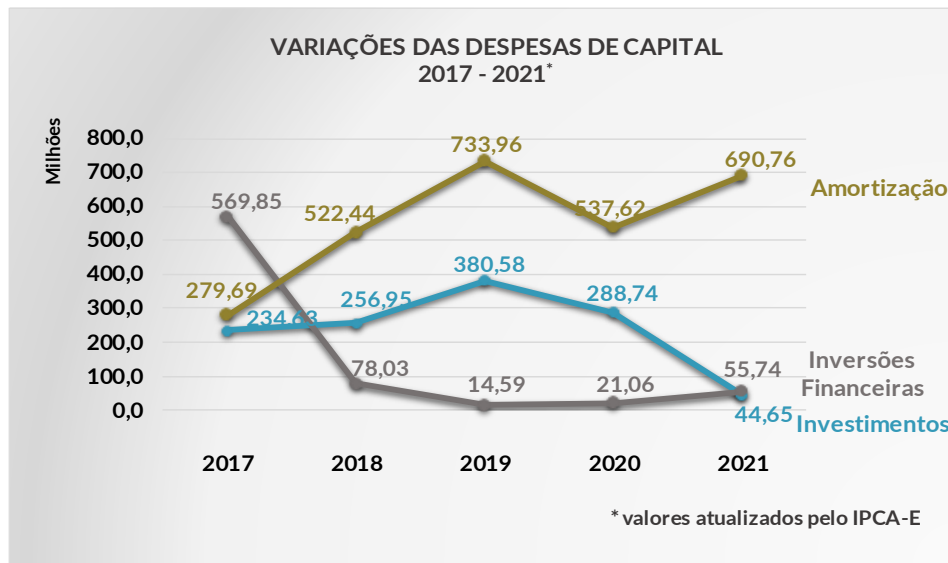
Na análise da série histórica, verificam-se as variações ocorridas nas Despesas Correntes entre o 4º bimestre de 2017 e o 4º bimestre de 2021. Ressalta-se que as “Outras Despesas Correntes” apresentaram variação negativa de 12,2% no período de 2017/2021. Já para as despesas de “Pessoal e Encargos Sociais”, apesar da queda na execução no exercício corrente, observa-se um incremento de 7,0%, em termos reais, quando comparado o período 2017/2021.



As Despesas de Capital apresentaram queda de 6,6% (R\$ 56,28 milhões) entre o 4º bimestre 2020/2021, refletindo o decréscimo de 84,5% (R\$ 244,09 milhões) na execução de “Investimentos”.

Na comparação da série histórica 2017/2021, houve decréscimo na execução das Despesas de Capital de 27%, explicado pela queda em “Investimento” de 81,0% (R\$ 189,98 milhões) e “Inversões Financeiras” de 90,2% (R\$ 514,10 milhões).

Por outro lado, “Amortização da Dívida” aumentou 147,0% (R\$ 411,07 milhões), ocasionado pelo pagamento de operações de crédito contraídas em exercícios anteriores.



Cabe ressaltar que o acréscimo nos Grupos “Juros e Encargos da Dívida” e “Amortização da Dívida”, se deu pela retomada dos pagamentos do serviço da dívida dos contratos celebrados com a CEF e BNDES e da dívida renegociada com a União, suspensos em 2020, com base no disposto na Lei Complementar n.º 173/2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).

### 3.1. Despesas por Funções de Governo

A aplicação dos recursos da Administração Pública encontra-se aqui examinada através das Funções Governamentais, que agregam o nível máximo de ações do Município do Rio de Janeiro no cumprimento dos seus objetivos socioeconômicos.

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias buscando indicar em qual área de ação municipal a despesa foi realizada.

A seguir, é demonstrada a evolução da execução da despesa liquidada, por função de governo, nos meses de janeiro a agosto de 2017 a 2021 (valores atualizados pelo IPCA-E médio de 2021).



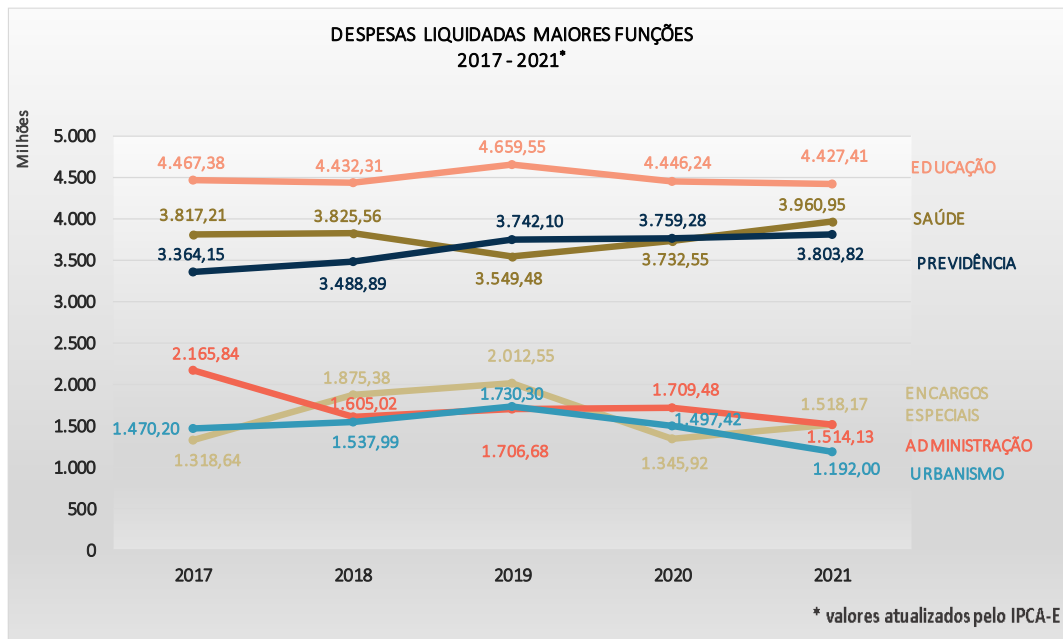
4º BIMESTRE 2021		Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2021)					Composição 2021 [Liq/LiqTot]%
Função	Despesas Liquidadas						
	Valores Constantes						
	2017	2018	2019	2020	2021		
12 - EDUCACAO	4.467.384.441	4.432.312.427	4.659.548.609	4.446.241.717	4.427.407.742	23,8%	
10 - SAUDE	3.817.211.248	3.825.562.600	3.549.478.246	3.732.549.850	3.960.947.963	21,3%	
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	3.364.150.376	3.488.886.277	3.742.103.665	3.759.279.423	3.803.817.774	20,4%	
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	1.318.638.072	1.875.383.361	2.012.553.850	1.345.923.768	1.518.171.160	8,2%	
04 - ADMINISTRACAO	2.165.843.384	1.605.021.003	1.706.676.386	1.709.483.866	1.514.132.863	8,1%	
15 - URBANISMO	1.470.200.573	1.537.990.703	1.730.295.293	1.497.423.465	1.192.002.230	6,4%	
01 - LEGISLATIVA	564.163.949	582.707.496	579.466.126	514.351.417	480.180.663	2,6%	
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	366.071.502	431.335.725	481.328.465	503.593.243	478.355.130	2,6%	
06 - SEGURANCA PUBLICA	375.436.051	364.792.544	386.340.736	380.008.162	373.389.043	2,0%	
17 - SANEAMENTO	409.113.576	510.522.863	488.056.423	390.848.520	372.741.698	2,0%	
26 - TRANSPORTE	162.656.896	164.172.993	145.591.137	143.869.268	162.976.587	0,9%	
02 - JUDICIARIA	92.044.838	95.100.808	93.002.613	133.188.577	92.014.869	0,5%	
13 - CULTURA	130.979.316	122.483.040	102.668.068	55.137.650	74.863.006	0,4%	
11 - TRABALHO	6.861.642	13.037.911	14.584.598	11.760.272	45.586.249	0,2%	
23 - COMERCIO E SERVICOS	58.718.427	59.591.491	53.436.794	51.452.683	35.357.118	0,2%	
18 - GESTAO AMBIENTAL	68.915.212	65.349.362	64.002.423	55.437.301	36.244.405	0,2%	
16 - HABITACAO	75.233.828	71.188.363	72.931.087	41.099.478	23.638.326	0,1%	
27 - DESPORTO E LAZER	17.437.135	16.080.579	21.149.703	16.828.799	14.792.112	0,1%	
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	1.003.811	6.346.710	9.419.186	9.466.600	7.303.174	0,0%	
22 - INDUSTRIA	6.037.462	3.907.590	3.952.658	3.591.894	2.838.655	0,0%	
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA	9.193.324	8.265.376	10.282.144	6.404.326	2.672.879	0,0%	
<b>Despesa Total</b>	<b>18.947.295.062</b>	<b>19.280.039.221</b>	<b>19.926.868.211</b>	<b>18.807.940.279</b>	<b>18.619.433.646</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio do Exercício de 2021.

No 4º bimestre de 2021, as funções “Educação”, “Saúde”, “Previdência Social”, “Encargos Especiais”, “Administração” e “Urbanismo” representaram 88,2% do montante das despesas liquidadas.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das despesas nessas funções no acumulado dos meses de janeiro a agosto dos exercícios de 2017 a 2021.



Com relação às despesas liquidadas por funções, pode-se destacar:

- **Função Educação** - apresentou pequeno decréscimo de R\$ 18,83 milhões nas liquidações até o 4º bimestre de 2021, quando comparadas a igual período de 2020, o que representou uma queda de apenas 0,4% descontada a inflação do período, apesar da variação positiva no programa “Modernização da Gestão de Melhoria da Infraestrutura na Educação”, com aumento de 72,6%. A variação mais expressiva ocorreu no programa “Gestão Administrativa – Capital Humano na Formação do Carioca”, com liquidação de R\$ 169,88 milhões menor que a efetuada em igual período de 2020.

Em relação à série histórica, verifica-se uma queda de 0,9%, em termos reais, na execução da Função Educação quando comparado o quarto bimestre de 2017 com o de 2021.

- **Função Saúde** - verifica-se incremento de 6,1% (R\$ 228,40 milhões) das despesas liquidadas até o 4º bimestre de 2021 quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. As principais variações foram verificadas nos programas “Gestão Administrativa – Saúde Preventiva e Emergência Social” (incremento de R\$ 97,57 milhões) e “Atenção Hospitalar” (incremento de R\$ 147,01 milhões).

No período de 2017-2021, houve aumento na execução desta função de 3,8%, o equivalente a R\$ 143,74 milhões em valores absolutos.

- **Função Previdência Social** – houve incremento de 1,2% nas liquidações dos meses de janeiro a agosto de 2021 em relação a igual período de 2020, equivalente a R\$ 44,54 milhões em valores absolutos. No acumulado do período 2017-2021, observou-se crescimento real de 13,1% (R\$ 439,67 milhões).

As obrigações com aposentadorias e pensões são as despesas com maior representatividade nesta função, respondendo por 96,6% das liquidações até o 4º bimestre de 2021.

- **Função Encargos Especiais** – constata-se acréscimo nas liquidações de 12,8% (R\$ 172,25 milhões) nos meses de janeiro a agosto de 2021 quando comparadas a igual período de 2020, em decorrência, principalmente, das despesas com a dívida contratual e seus encargos.

Em relação à série histórica, o aumento da despesa nesta função foi de 15,1% (R\$ 199,53 milhões).

- **Função Administração** – apresentou um decréscimo de 11,4% (R\$ 195,35 milhões) no 4º bimestre de 2021 comparado ao mesmo período do exercício anterior.

As principais variações nesta função foram nas ações “Gastos com Pessoal – Obrigações Patrimoniais e Outros Benefícios” (redução de R\$ 73,10 milhões), “Provisão de Gasto com Pessoal – Governança para os Cidadãos” (queda de R\$ 52,40 milhões), “Publicidade, Propaganda e Comunicação Social” (menos R\$ 37,67 milhões) e “Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica – Administração Direta” (queda de R\$ 30,11 milhões).

Para o período 2017-2021, a redução foi de 30,1%, R\$ 651,71 milhões.

- **Função Urbanismo** – apresentou decréscimo de 20,4% (R\$ 305,42 milhões) nas despesas liquidadas até o 4º bimestre de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020. O maior impacto se deu no programa “Expansão do Sistema de Transportes”, que, nos quatro primeiros bimestres de 2020, havia executado R\$ 121,38 milhões com a implantação do BRT Transbrasil e que, no ano corrente, não houve liquidação.

Na análise da série histórica, houve uma queda nas liquidações na ordem de 18,9% (R\$ 278,20 milhões).